TERMO DE FOMENTO N.º 002/2019-CAU/SP

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP** E DE OUTRO A **BIT SOCIAL.**

Pelo presente instrumento, de um lado, **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP,** autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, inscrita no CNPJ sob o nº 15.131.560/0001-52, com sede Rua Formosa, nº 367, 23º andar, Centro, São Paulo - SP, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. José Roberto Geraldine Junior** [redacted], e de outro a **BIT SOCIAL,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.355.613/0001-03, com sede na avenida São Luiz, nº 258, 21º andar Conjunto 2111, Bairro República, São Paulo/SP, CEP: 01046-000, neste ato representada pela sua representante legal, **Sra. Miriam Denise Silva de Aquino,** [redacted] resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, sob o nº 002/2019, consoante Processo Administrativo nº 037/2019 e seu Apenso 001, volume 01, pelas cláusulas que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento decorre do Chamamento Público nº 003/2019 e tem por objeto "Reinvenção do seu modelo de negócio: Do quê profissionais e negócios do futuro são feitos", pertencente ao Lote 01: Empreendedorismo, do Edital, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I, do presente instrumento, e decorre da autorização exarada pelo Plenário do CAU/SP, através da Deliberação Plenária DPOSP nº 0304-11/2019, constante às fls. 150/152 do Apenso 01, volume 01, do Processo Administrativo nº 037/2019.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. O projeto descrito na Cláusula Primeira do presente instrumento será executado conforme as metas e etapas do Plano de Trabalho, com seus respectivos prazos de duração, o Plano de Divulgação, com sua frequência e forma de divulgação, o Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros, o Cronograma de Desembolso, a Estimativa de Valores a Serem Recolhidos Para Pagamento de Encargos Previdenciários, a Discriminação dos Custos Indiretos e os Pagamentos em Espécie obedecerão ao disposto no Anexo I, do presente Termo de Fomento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO

3.1. Para o alcance do objeto pactuado, a Organização da Sociedade Civil obriga-se a cumprir o plano de trabalho, Anexo I do presente instrumento, bem como toda documentação técnica que dele resulte.

3.2. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no art. 43, caput, inciso I, do Decreto nº 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de fomento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

4.1. Constituem-se obrigações e responsabilidades da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

JURÍDICO CAU/SP

4.1.1. Cumprir rigorosamente os prazos e as metas, satisfazendo o objeto desta parceria, em conformidade com todas as condições e disposições do Plano de Trabalho, Anexo I, do presente Termo de Fomento, e ainda com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso, bem como com as disposições do presente Termo;

4.1.2. Divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a presente parceria, nos termos do artigo 10 e 11 da Lei nº 13.019, de 2014;

4.1.3. Manter e movimentar os recursos recebidos em decorrência da presente parceria em conta corrente específica isenta de tarifa bancária em instituição financeira pública, devendo os rendimentos de ativos financeiros serem aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, conforme determinação do artigo 51, da Lei nº 13.019, de 2014;

4.1.4. Responder, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

4.1.5 Dar livre acesso aos servidores do CAU/SP, do controle interno e do controle externo correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

4.1.6. Responder, exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, bem como do Plano de Trabalho (Anexo I), não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do CAU/SP a inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos referidos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

4.1.7. Responder e cumprir as solicitações do Gestor da Parceria, bem como eventuais exigências realizadas pelo CAU/SP, de acordo com as previsões legais;

4.1.8. Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos nos termos da Lei nº 13.019, de 2014 e suas alterações e do Decreto nº 8.726, de 2016, conforme estabelecido na Cláusula Nona do presente Termo de Fomento e no Manual de Prestação de Contas, disponível no sítio eletrônico www.causp.gov.br;

4.1.9. Cumprir com as contrapartidas facultativas eventualmente oferecidas, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, Anexo I.

4.1.10. Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

4.1.11. Encaminhar para o endereço eletrônico edital.parcerias@causp.gov.br declaração de repasse de recurso de cada valor depositado na conta corrente específica do projeto;

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CAU/SP

5.1. Constituem-se obrigações e responsabilidades do CAU/SP:

5.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, nos termos do artigo 61 da Lei nº 13.019, de 2014, através do Gestor da Parceria, que será o responsável pela execução da parceria exercendo poderes de controle e fiscalização;

JURÍDICO CAUISP

Rua Formosa, 367 - 23º andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

5.1.1.1 Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o CAU/SP designará novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

5.1.2. Realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas "in loco", quando cabíveis e necessárias, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto;

5.1.3. Fornecer manual específico de Prestação de Contas à Organização da Sociedade Civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação, à referida Organização, eventuais alterações no seu conteúdo;

5.1.3.1. O Manual de Prestação de Contas de que trata o item 5.1.3 será disponibilizado às Organizações da Sociedade Civil por meio digital, através de sua publicação no sítio eletrônico oficial do Órgão, a saber, www.causp.gov.br.

5.1.4. Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, Anexo I, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

5.1.5. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

5.1.6. Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

5.1.7. Divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO GESTOR DA PARCERIA

6.1. Considera-se gestor do presente termo de fomento o agente público responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, qual seja, a Portaria Presidencial CAU/SP n.º 167, de 25 de outubro de 2019.

6.2. Constituem-se obrigações do GESTOR DA PARCERIA:

6.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

6.2.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

6.2.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver;

6.2.4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

6.3. São prerrogativas do GESTOR DA PARCERIA:

6.3.1. Efetuar diligências junto às OSC's, setores e órgãos internos do CAU/SP, bem como requerer informações externas, visando subsidiar suas decisões;

JURÍDICO CAU/SP

6.3.2. Requerer manifestação da Comissão de Monitoramento e Avaliação do CAU/SP, no tocante à parte técnica dos projetos em execução ou executados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência deste Termo de Fomento será até dia 31 de julho de 2019 a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 21 do Decreto nº 8.726, de 2016, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos.

7.2 O CAU/SP prorrogará, independentemente da anuência da Organização da Sociedade Civil, por certidão de apostilamento, a vigência do presente Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

7.3 A vigência da parceria poderá ser alterada, por decisão do Presidente do CAU/SP, mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao Conselho em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E DO REPASSE DOS RECURSOS

8.1 A despesa com a execução da presente parceria, nos termos do Plano de Trabalho, Anexo I, do Termo, e do Parecer da Equipe Técnica, constante às fls. 143/144, do Apenso 01, Volume 01, do Processo Administrativo n.º 037/2019 será de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

8.2. Os repasses dos recursos à Organização da Sociedade Civil serão realizados em estrita conformidade com o cronograma de desembolso financeiro e metas apresentados no Plano de Trabalho, Anexo I, do presente Termo de Fomento, mediante apresentação da renovação dos documentos de habilitação jurídica e fiscal;

8.3. As parcelas descritas no cronograma de desembolso não serão liberadas nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

8.3.1 Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

8.3.2 Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento;

8.3.2.1 O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração.

8.3.3 Quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo CAU/SP, através de notificação encaminhada pelo gestor da parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

8.3.4 Quando a Organização da Sociedade Civil não apresentar a documentação jurídica e fiscal solicitada e/ou caso referida documentação esteja com datas de vencimento expiradas.

8.4. Os recursos liberados pelo CAU/SP em razão do presente Termo de Fomento deverão ser mantidos e geridos na conta bancária específica do projeto aprovado, cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela Organização da Sociedade Civil, nos termos da declaração constante às fls. 66, do Apenso 01, do Volume 01, do Processo Administrativo n.º 037/2019, a qual é isenta de tarifa bancária, e somente poderão ser utilizados para pagamentos das despesas previstas na parceria;

JURÍDICO CAU/SP

Rua Formosa, 367 - 23º andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

8.4.1. Em nenhuma hipótese, os recursos poderão ser transferidos para a movimentação em outras contas correntes de titularidade da Organização da Sociedade Civil, ainda que seja para efetuar pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços relativos ao projeto aprovado;

8.5. Enquanto não utilizado em sua finalidade, o valor referente aos recursos transferidos deverá ser aplicado em conta poupança ou aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, cujos rendimentos deverão ser utilizados, integralmente, para a execução da parceria, estando estes sujeitos a prestação de contas.

9. CLÁUSULA NONA - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 As compras e contratações de bens e serviços pela Organização da Sociedade Civil com os recursos transferidos pelo CAU/SP adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado;

9.2. A Organização da Sociedade Civil deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, Anexo I, e o valor efetivo da compra ou contratação;

9.2.1. Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no Plano de Trabalho, Anexo I, a Organização da Sociedade Civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 56 do Decreto nº 8.726, de 2016, quando for o caso;

9.3 As Organizações da Sociedade Civil deverão obter de seus fornecedores e prestadores de serviços, na forma prevista no Manual de Prestação de Contas publicado pelo CAU/SP, notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da Organização da Sociedade Civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas, devendo manter a guarda destes documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

9.4 As Organizações da Sociedade Civil deverão realizar pagamentos mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final com a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;

9.4.1 Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços;

9.5 Os custos indiretos necessários à execução do objeto, desde que admitidas, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica;

9.6 A Organização da Sociedade Civil somente poderá pagar despesa em data posterior ao término da execução do presente Termo de Fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

9.7 Poderão ser pagas com recursos vinculados a presente parceria as despesas com remuneração da equipe de trabalho, inclusive de pessoal próprio da Organização da Sociedade Civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

a) estejam previstos no Plano de Trabalho, Anexo I, e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria; e

b) sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Federal.

JURÍDICO CAU/SP

Rua Formosa, 367 - 23º andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

9.7.1.Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, quando da apresentação do Relatório de Execução Financeira, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

9.7.2. Poderão ser pagas diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exigir, para a equipe de trabalho e para os prestadores de serviço voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998;

9.7.3. O pagamento das verbas rescisórias de que trata o item 9.7, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho, Anexo I;

9.7.4. A Organização da Sociedade Civil deverá dar ampla transparência em seu sítio eletrônico oficial e em locais de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações dos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente à divulgação dos cargos e valores, na forma do artigo 80 do Decreto nº 8.726, de 2016;

9.8. Considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da Organização da Sociedade Civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista;

9.8.1. É vedado ao CAU/SP praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela Organização da Sociedade Civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização;

9.9. A inadimplência do CAU/SP não transfere à Organização da Sociedade Civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria, com recursos próprios;

9.10. A inadimplência da Organização da Sociedade Civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes;

9.11. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela Organização da Sociedade Civil com recursos da presente parceria não gera vínculo trabalhista com o CAU/SP;

9.12 A Organização da Sociedade Civil poderá, desde que previsto em seu Plano de Trabalho, Anexo I, proceder a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais, na forma prevista no art. 23 do Decreto nº 8.726, de 2016;

9.13. Fica vedada a utilização de recursos para:

a) finalidade alheia ao objeto da parceria;

b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.14. As Organizações da Sociedade Civil deverão providenciar elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações

JURÍDICO CAU/SP

Rua Formosa, 367 - 23º andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público, os quais deverão ser apresentados quando da Prestação de Contas;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 . A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas e conter documentos que comprovem a efetividade das despesas e gastos efetuados conforme descrito no Manual de Prestação de Contas.

10.2. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar a Prestação de Contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, ao gestor da parceria, através dos seguintes documentos:

a) Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do término da execução da parceria, prorrogável por até quinze dias, mediante justificativa e solicitação prévia da Organização da Sociedade Civil, o qual deverá conter

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

V – os elementos que demonstrem os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

VI - os elementos que demonstrem o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

VII - os elementos que demonstrem a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;

VIII – o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente;

IX - a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias.

10.2.1. Para demonstração dos elementos de que tratam os incisos V a VII, da alínea a, do item 9.2, a Organização do Sociedade Civil deverá se utilizar de documentos ou outros meios previstos no plano de trabalho.

10.2.2. A critério do gestor da parceria, as exigências constantes nos incisos V a VII, da alínea a, do item 9.2, do presente instrumento, poderão ser dispensadas, mediante prévia justificativa.

10.2.3. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar justificativa quando não conseguir alcançar as metas estabelecidas em seu Plano de Trabalho, conforme previsto no inciso I, da alínea a, do item 9.2, deste instrumento.

10.2.4. O saldo remanescente de que trata o inciso VIII, da alínea "a", do item 10.8, deverão ser devolvidos ao CAU/SP, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria,

JURÍDICO CAU/SP

Rua Formosa, 367 - 23º andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

inclusive no que se refere aos saldos financeiros provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão.

10.3. Quando a organização da sociedade civil não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o CAU/SP exigirá a apresentação de Relatório Final de Execução Financeira (Apenso 2 do presente Manual), no prazo de até 60 (trinta) dias, contados de sua notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até quinze dias, mediante justificativa e solicitação prévia da Organização da Sociedade Civil, o qual deverá conter:

I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III - o extrato da conta bancária específica;

IV - memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da Organização da Sociedade Civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço, seguindo a orientação de documentos válidos conforme Manual de Prestação de Contas disponibilizado pelo CAU/SP em www.causp.gov.br.

10.3.1. Após análise da Prestação de Contas poderá haver necessidade de devolução de valores caso haja apuração de irregularidades no cumprimento das metas ou, irregularidades com relação aos comprovantes de despesas.

10.3.2. Nos casos em que a vigência da parceria seja superior a um ano, é obrigatória a prestação de contas anual, no prazo de até trinta dias, após o término de cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contados da primeira liberação de recursos para sua execução, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 59, do Decreto nº 8.726, de 2016.

10.3.3. A memória de cálculo referida no inciso IV do item 10.3, a ser apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

10.4. O prazo para análise da prestação de contas final pelo CAU/SP é de 150 (cento cinquenta) dias, que poderá ser prorrogado mediante justificativa por igual período, não podendo exceder o limite de trezentos dias.

10.5. A prestação de contas e todos os atos dela decorrentes deverão ser divulgados no sítio eletrônico do CAU/SP, permitida a visualização por qualquer interessado, nos termos do art. 65, da Lei 13.019, de 2014;

10.6. Deverão ser observadas para a Prestação de Contas, as determinações constantes dos arts. 63 a 72 da Lei 13.019, de 2014, dos arts. 59 a 77 do Decreto 8.726, de 2016 e da Portaria CAU/SP nº 100, de 2016 e do Manual de Prestação de Contas, publicado pelo CAU/SP em seu sítio eletrônico, www.causp.gov.br;

10.7. No caso de as contas serem aprovadas com ressalvas ou rejeitadas, poderá ser instaurado o competente processo de Tomada de Contas Especial, a fim de se apurar as responsabilidades e eventuais danos ao Erário.

JURÍDICO CAU/SP

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

11.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da presente parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CAU/SP no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS BENS REMANESCENTES

12.1. Bens Remanescentes são aqueles de natureza permanente que foram adquiridos com recursos financeiros envolvidos na presente parceria e que são necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

12.2. Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a Organização da Sociedade Civil formalizar promessa de transferência da propriedade ao CAU/SP, na hipótese da extinção da parceria.

12.2.1. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do CAU/SP, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no presente termo e na legislação vigente.

12.2.2. A Organização da Sociedade Civil deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens para o CAU/SP, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias.

12.2.3. Na hipótese de dissolução da Organização da Sociedade Civil durante a vigência do presente Termo de Fomento, os bens remanescentes deverão ser retirados pelo CAU/SP, no prazo de até noventa dias, contados da data de notificação da dissolução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa com o presente instrumento, no corrente exercício, no montante de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil), correrá à conta da Nota de Empenho n.º 393, de 03/12/2019, às fls. 148 dos autos do Processo Administrativo nº 037/2019, apenso 01, volume 01, Centro de Custos: 01.12 – Patrocínio/Parcerias do CAU-SP, vinculado ao Plano de Ação com Planejamento Estratégico e Orçamento do CAU/SP.

13.2 A Dotação Orçamentária para a presente despesa advirá da conta 6.2.2.1.1.01.07.02.002, convênios, Acordos e Ajuda a Entidades.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

14.1. As ações de monitoramento e avaliação tem caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da presente parceria;

14.1.1. O CAU/SP promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da presente parceria;

14.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias firmadas pelo CAU/SP, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados;

14.3. Caberá à Comissão de Monitoramento e Avaliação do CAU/SP a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, a ser emitido pela equipe técnica responsável do CAU/SP;

JURÍDICO CAU/SP

Rua Formosa, 367 - 23º andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

14.4. O relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá conter os requisitos previstos no §1º do art. 59 da Lei 13.019, de 2014;

14.5. O CAU/SP deverá realizar visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, quando esta for necessária a verificação do cumprimento do objeto e verificação do alcance de suas metas, devendo notificar a OSC, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores a realização da visita;

14.5.1. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será enviado à Organização da Sociedade Civil para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CAU/SP.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O CAU/SP ou a Organização da Sociedade Civil podem, a qualquer tempo, rescindir o presente Termo, devendo expressar esta intenção com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

15.2. O presente instrumento poderá ainda ser rescindido, unilateralmente pelo CAU/SP, nos casos de homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação de relatório de monitoramento e avaliação que, em razão do não cumprimento pela Organização da Sociedade Civil das providências contidas no §1º do Art. 61, do Decreto nº 8.726, de 2016, concluam por sua rescisão, com a consequente:

a) devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

b) instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.

15.3. Caso os recursos depositados na conta corrente específica da Organização da Sociedade Civil não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, haverá rescisão da parceria nos termos previstos no item 15.2.

15.3.1. O disposto no item 15.3 poderá ser excepcionado quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Presidente do CAU/SP.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES

16.1. Quando a execução da presente parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho, Anexo I, e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, o CAU/SP poderá aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções:

I – advertência, de caráter preventivo a qual será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;

II - suspensão temporária a qual será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública federal. A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública federal por prazo não superior a dois anos; e

JURÍDICO CAU/SP

Rua Formosa, 367 - 23º andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | **www.causp.gov.br**

III - declaração de inidoneidade que impedirá a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública federal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

16.1.1. Da verificação do fato que poderá acarretar a aplicação das sanções prevista no item 16.1, pelo CAU/SP, caberá defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais;

16.1.2. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nos incisos I a III do item 16.1, caberá recurso administrativo ao Plenário do CAU/SP, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão;

16.2. As sanções previstas no presente Termo poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades previstas nos artigos 63 a 72 da Lei 13.019, de 2014 e artigos 62 a 70, do Decreto 8.726, de 2016.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA TITULARIDADE E DO DIREITO DE USO

17.1. O CAU/SP reserva-se o direito de divulgar a presente parceria e de utilizar, quando julgar oportuno, imagens e produtos do projeto em suas ações e peças de comunicação institucional, bem como em seu site na internet, sem qualquer ônus adicional à cota de recursos ajustada anteriormente com o a Organização da Sociedade Civil;

17.3. Termos contratuais entre o responsável pelo projeto e os demais envolvidos devem contemplar a extensão da cessão de direito de utilização de imagens, ilustrações, arquivos de voz, fotografia, imagem do fotografado, créditos do fotógrafo e produtos para as ações de comunicação do CAU/SP, respeitados os direitos e garantias individuais garantidos na Constituição Federal e na legislação vigente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

18.1 A parceria firmada obedecerá ao estipulado no presente Termo de Fomento, bem como às disposições constantes do projeto apresentado, juntado às fls.127/138, do Processo Administrativo n.º 037/2019, do Plano de Trabalho, que constitui Anexo I do presente instrumento, e do Manual de Prestação de Contas, disponibilizado pelo CAU/SP em www.causp.gov.br, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante, complementar e indissociável deste Termo;

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O presente Termo de Fomento terá eficácia e somente produzirá seus efeitos jurídicos, após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública.

19.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições da presente parceria, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais, bem como em razão da conveniência e oportunidade da Administração, devidamente justificados;

19.3 As Organizações da Sociedade Civil são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Processo Administrativo n º 037/2019;

19.4 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o CAU/SP poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e

JURÍDICO CAU/SP

Rua Formosa, 367 - 23º andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | **www.causp.gov.br**

independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que o CAU/SP assumiu essas responsabilidades.

19.5. Os projetos contratados não podem utilizar mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, se estendendo tal restrição a seus fornecedores e prestadores de serviços, sob pena de rescisão contratual;

19.6. As Organizações da Sociedade Civil não poderão comercializar, em hipótese alguma, os produtos finais decorrentes das parcerias firmadas com o CAU/SP, nos termos deste Edital.

19.7. Em casos de omissão ou contradição do presente Termo de Fomento com o disposto na Lei 13.019, de 2014 e suas alterações e no Decreto nº 8.726, de 2016, aplicar-se-ão as normas destes diplomas legais e ainda, de forma subsidiária as disposições da Lei 9.784, de 1999;

19.8. Fica eleito o foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão que derivar deste Termo de Fomento, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante do CAU/SP;

E por estarem justos e contratados foi lavrado, em duas vias de igual teor e forma, o presente Termo de Fomento que, após lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias pelas partes.

São Paulo, 18 de dezembro de 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP
JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR

BIT SOCIAL
MIRIAM DENISE SILVA DE AQUINO

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome: Mariah Conceição
[redacted]

2) _____
Nome: Tamara Gleboor Rodrigues.
[redacted]

JURÍDICO CAU/SP

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

CAU/SP
Folha: 127
Rubrica

bit social

ANEXO III
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2019
PLANO DE TRABALHO

I - DADOS CADASTRAIS

1. Proponente			
Razão Social BIT SOCIAL			
C.N.P.J 10.355.613/0001-03	Inscrição Estadual 146.400.420.113	Inscrição Municipal -	
Endereço Avenida São Luiz			Nº 258 (Conj.2111)
Bairro República	Município São Paulo	Estado SP	CEP 01.046-000
Telefone 11 3129-9928	Web site -	E-mail miriam@bitsocial.org.br	
2. Dados Bancários do Proponente			
3. Representante Legal da entidade (Dirigente)			
Nome: Miriam Denise Silva de Aquino [redacted]			
Cargo: Diretora Geral [redacted]			
Telefone [redacted]	Celular	E-mail: [redacted]	
4. Responsável Técnico Pelo Projeto/Plano de Trabalho			
Nome Attos Henrique Silva Santos		Cargo Arquiteto	Registro no CAU 227254-7
Telefone	Celular [redacted]	E-mail [redacted]	

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj.: 2111
São Paulo - SP / CEP 01046-000
Tel: +55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 128
Rubrica

bit social

II - PROPOSTA DE TRABALHO

5. Projeto

Nome do Projeto

(LOTE 01 - EMPREENDEDORISMO)
Reinvenção do seu modelo de negócio: Do que profissionais e negócios do futuro são feitos?

Prazo de Execução:

OBS: *O prazo de execução deve compreender todo o período de atividades, inclusive aquelas preparatórias ao desenvolvimento do objeto, nos termos das Seções I e V do Edital. Por exemplo: solicitação de orçamentos, troca de telefonemas, e-mails, etc.*

De Outubro de 2019 à Julho de 2020

Objeto da Parceria (descrição da realidade objeto da parceria, com a demonstração do nexo com o projeto e com as metas a serem atingidas)

Os objetivos do objeto proposto tem como premissa, o desenvolvimento profissional, empreendedorismo, geração de emprego e renda para a categoria da arquitetura e urbanismo, o projeto em questão foi desenvolvido para cumprir o objetivo esperado da parceria, uma vez que envolve a utilização de metodologias e práticas para reestruturar e reinventar os modelos de negócio de cada profissional, pequena empresa ou média empresa.

O trabalho visa desenvolver e executar um projeto em todas as regionais participantes deste edital, contribuindo significativamente com a capacitação dos profissionais e empresas de arquitetura e urbanismo.

o treinamento aumentará e atualizará a capacidade estratégica e operacional de cada participante, o que criará diferencial competitivo e consequentemente maiores possibilidades de geração de emprego e renda para a classe.

Ainda há no brasil e no mundo uma segregação de gênero, ora velada ora explicita. É notório que as mulheres no geral, recebem menos pelos seus trabalhos, mesmo sendo trabalhos idênticos a qual desenvolvem os homens. A população de arquitetos e urbanistas é formada principalmente por pessoas do sexo feminino e com menos de 40 anos, de acordo com o ***Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil, realizado pelo CAU***

As mulheres representam 61% do total de profissionais em atividade no país. Sendo que a predominância feminina é maior em arquitetos mais jovens

Se, entre os profissionais com idades entre 41 e 50 anos as mulheres são pouco mais que a metade (57,4%), entre os 20 e 25 anos essa taxa é de 78,3%. Os homens são maioria apenas na faixa acima de 61 anos, na qual eles são 71% do total.

O empreendedorismo é um importante propulsor de empoderamento profissional, principalmente para os mais jovens, que sofrem preconceitos velados ou explícitos tanto na questão de gênero quanto em relação a idade.

Público alvo

Arquitetos e Urbanistas de cada região contemplada no lote 01

Expectativa de alcance do projeto: 50 pessoas entre arquitetos e urbanistas por região/cidade contemplada.

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj. 2411
São Paulo - SP CEP 01046-000
Tel +55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 129
Rubrica

bit social

Forma de execução das ações

A entrega do trabalho proposto se dará através da criação de duas turmas por cidade em formato de workshops, para melhor adequar o conteúdo e agenda do público alvo interessado:

Opções de turmas: Das 13h as 17h ou 18h as 22h

Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas:

- Definição dos locais aonde serão realizados os workshops em cada uma das regionais contempladas pelo projeto;
- Atingir córum de 50 pessoas, entre arquitetos e urbanistas, por regional/cidade contemplada pelo projeto;
- Realizar os workshops divididos em 2 turmas, sendo despendido 4 horas aproximadamente por turma, totalizando 8 horas por cidade/regional;
- Criação das artes de divulgação;
- Divulgação do evento através de peças digitais, redes sociais, email marketing, assessoria de empresa de forma antecipada (mínimo um mês de antecedência) para cada regional;
- Criação das artes de divulgação;
- Contar com a colaboração do conselho de arquitetura e urbanismo de são paulo no processo de divulgação do evento em seu sítio eletrônico e redes sociais.

Definição de indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas

- Realizar pesquisa de alinhamento de expectativas no início do evento;
- Realizar pesquisa de satisfação no final do evento com validação positiva acima de 80%;
- Coletar depoimentos gravados ou textuais sobre o quanto o workshop agregou para a vida profissional dos participantes.

6. Diagnóstico

Hoje em dia, mais do que nunca, tem sido extremamente decisivo olhar com mais frequência para o seu atual modelo de negócio - monetização, proposta de valor, canais de comunicação, relacionamento, estrutura de custos. Estamos em um momento global de transformações aceleradas, e obter uma visão mais ampla, de "fora da selva" sobre os movimentos que tem acontecido no posicionamento e estratégia dos novos negócios é essencial para existir primeiramente uma reinvenção de si mesmo, e em um segundo momento a reinvenção do seu próprio negócio.

A realidade que se quer modificar, aprimorar e desenvolver junto ao público alvo deste presente projeto é, acelerar a conscientização da importância de se reinventar como ser humano e como negócio.

De acordo com o Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil realizado pelo CAU, há uma concentração de 54% de arquitetos e urbanistas na região sudeste, sendo assim, é a região que concentra o maior número de arquitetos e urbanistas no Brasil.

Esse dado é importante para esta parceria uma vez que geraremos um impacto positivo na capacidade empreendedora para um número substancial de arquitetos e urbanistas, o que poderá reverberar em outras regiões, uma vez que acreditamos que ocorrerá sazonalmente conexões/contatos destes profissionais da região sudeste com os profissionais dos outros estados.

III - PLANO DE TRABALHO

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj.: 2111
São Paulo - SP / CEP 01046-000
Tel: +55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 130
Rubrica

bit social

METAS (inserir quantas linhas forem necessárias)	Etapa/ Fase	Ação	Especificação (com indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para o cumprimento das metas)	Duração	
				Início	Término
1 – Pesquisa de mercado (orçamentos)	1	Pesquisar empresas, valores praticados no mercado para cada uma das áreas atividades que serão necessárias para eficácia e eficiência do projeto	Os orçamentos obtidos a partir da pesquisa de mercado será anexada na documentação deste plano de trabalho	Outubro 2019	Dezembro 2019
2 – Reuniões Iniciais	1	Realização de Reuniões entre os executores dos workshops e equipe envolvida para alinhamento estrutural dos materiais que serão a base dos Workshops	Ata da Reunião, Registro Fotográfico de cada reunião realizada.	Novembro 2019	Dezembro 2019
	2	Realização da segunda reunião dos executores dos Workshops e equipe envolvida (Alinhamento Estratégico)	Ata da Reunião, Registro Fotográfico de cada reunião realizada.	Novembro 2019	Dezembro 2019
	3	Desenvolvimento e definição dos materiais e metodologias que serão utilizados	Construção dos conteúdos e etapas dos workshops	Novembro 2019	Dezembro 2019
3 – Contratação de Assessoria de Imprensa	1	Mapeamento em cada região de qual melhor canal utilizar para que consigamos alcançar com mais eficiência e eficácia um maior número de arquitetos e urbanistas	Vide Plano de Divulgação e plano de aplicação dos recursos financeiros	Dezembro 2019	Janeiro 2020
4 – Desenvolvimento de Material para o Evento	1	Produção de Materiais Gráficos digitais	Registro Fotográfico dos Itens, via email ou outro canal de comunicação	Novembro 2019	Janeiro 2020
	2	Criação do certificado digital para os participantes de cada região	Criação do certificado digital	Novembro 2019	Janeiro 2020
5 – Divulgação do evento para as regiões que serão atendidas	1	Inicio da divulgação para as cidades que receberão os workshops (11 regionais)	Vide plano de divulgação abaixo	Dezembro 2019	Julho 2020
6 – Execução dos Workshops	1	Realização de dois workshops em cada cidade (11 regionais) Cidades contempladas: Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Santos, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Santo André, Sorocaba, Campinas e São Paulo	Registro Fotografico, Videos, Lista de Presença, Alinhamento de expectativas no inicio de cada workshop, Avaliação de Reação e Nivel de Satisfação, Registro de alguns relatos dos participantes (depoimentos textuais ou em video)	Janeiro 2020	Julho 2020

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj. 2111
São Paulo - SP - CEP 01046-000
Tel. +55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 131
Rubrica

bit social

7–Entrega dos certificados digitais de participação	1	Enviaremos o certificado via email o para os participantes de cada região	Envio via email	Janeiro 2020	Julho 2020
8 – Prestação de contas	1	Prestação de contas	Prestação de contas	Julho 2020	Julho 2020

IV - PLANO DE DIVULGAÇÃO

7. Plano de Divulgação	
Veículo de comunicação	**Frequência e forma da divulgação**
Sítio eletrônico, redes sociais e email marketing do CAU/SP OBS 1: Para todas as peças digitais criadas haverá a presença do logo do CAU/SP OBS 2: Em até 6 (seis) meses após a realização do projeto em questão, a página e/ ou outras ferramentas ou instrumentos digitais de divulgação criados exclusivamente para o evento serão desativados. OBS 3: Enviaremos com pelo menos 05 (cinco) dias úteis antes do início dos disparos/divulgações digitais, para avaliação e aprovação do material pela "Comissão de Monitoramento e Avaliação do CAU/SP" através do email: monitoramento@causp.gov.br	(1) um disparo no mínimo por semana através de artes digitais, textos e conteúdos que gerarão interesse na participação do público alvo. Será feita uma análise de inscrições semanalmente para identificar se a estratégia de frequência de disparos imaginada está surtindo efeito positivo.
Assessoria de imprensa (à ser contratada) OBS 1: Para todas as peças digitais criadas haverá a presença do logo do CAU/SP OBS 2: Em até 6 (seis) meses após a realização do projeto em questão, a página e/ ou outras ferramentas ou instrumentos digitais de divulgação criados exclusivamente para o evento serão desativados. OBS 3: Enviaremos com pelo menos 05 (cinco) dias úteis antes do início dos disparos/divulgações digitais, para avaliação e aprovação do material pela "Comissão de Monitoramento e Avaliação do CAU/SP" através do email: monitoramento@causp.gov.br	Inserções nos veículos mais eficientes digitais, considerando o nosso público alvo, para cada cidade (região); Estratégia a ser definida com a assessoria de imprensa.

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 137
Rubrica

bit social

Facebook, Linkedin, Instagram dos executores do workshop e Parceiros OBS 1: Para todas as peças digitais criadas haverá a presença do logo do CAU/SP OBS 2: Em até 6 (seis) meses após a realização do projeto em questão, a página e/ ou outras ferramentas ou instrumentos digitais de divulgação criados exclusivamente para o evento serão desativados. OBS 3: Enviaremos com pelo menos 05 (cinco) dias úteis antes do início dos disparos/divulgações digitais, para avaliação e aprovação do material pela "Comissão de Monitoramento e Avaliação do CAU/SP" através do email: monitoramento@causp.gov.br	Entre uma a duas postagens semanais em cada uma das redes sociais citadas
Divulgação através de parceiros influentes da área de arquitetura e urbanismo em cada regional (Influenciadores digitais) OBS 1: Para todas as peças digitais criadas haverá a presença do logo do CAU/SP OBS 2: Em até 6 (seis) meses após a realização do projeto em questão, a página e/ ou outras ferramentas ou instrumentos digitais de divulgação criados exclusivamente para o evento serão desativados. OBS 3: Enviaremos com pelo menos 05 (cinco) dias úteis antes do início dos disparos/divulgações digitais, para avaliação e aprovação do material pela "Comissão de Monitoramento e Avaliação do CAU/SP" através do email: monitoramento@causp.gov.br	Serão convidados para o fomento do evento digitalmente, profissionais com grande visibilidade e alcance na região (30 dias antes de cada evento)
Divulgação através das associações de engenheiros e arquitetos locais e entidades estaduais de arquitetos e urbanistas OBS 1: Para todas as peças digitais criadas haverá a presença do logo do CAU/SP OBS 2: Em até 6 (seis) meses após a realização do projeto em questão, a página e/ ou outras ferramentas ou instrumentos digitais de divulgação criados exclusivamente para o evento serão desativados. OBS 3: Enviaremos com pelo menos 05 (cinco) dias úteis antes do início dos disparos/divulgações digitais, para avaliação e aprovação do material pela "Comissão de Monitoramento e Avaliação do CAU/SP" através do email: monitoramento@causp.gov.br	A solicitação será feita junto as associações e entidades com 30 dias de antecedência para cada evento

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj. 2411
São Paulo - SP - CEP 01046-000
Tel. +55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 133
Rubrica

bit social

Descrição das peças promocionais a serem utilizadas	Quantidade
A estratégia completa será definida em conjunto com a equipe multidisciplinar a ser contratada (marketing, comunicação, assessoria de imprensa) e assim que o termo de fomento for aprovado	[Expectativa] No mínimo 12 peças digitais para cada regional/cidade contemplada, sendo distribuídas em canais de comunicação distintos (Facebook, Instagram, LinkedIn, Email Marketing)

V – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS (R$ 1,00)

8. Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros

Mês	Meta	Etapa	Item	Descrição	Valor
Janeiro 2020	1	1	1	Pesquisa de mercado (orçamentos)	R$ 0,00
TOTAL META 1					R$ 0,00
Janeiro 2020	2	1	1	Realização de Reuniões entre os executores dos workshops e equipe envolvida para alinhamento estrutural dos materiais que serão a base dos Workshops	R$ 5.500,00
			2	Realização da segunda reunião dos executores dos Workshops e equipe envolvida (Alinhamento Estratégico)	R$ 5.500,00
			3	Desenvolvimento e definição dos materiais e metodologias que serão utilizados	R$ 11.000,00
TOTAL META 2					R$ 22.000,00
Janeiro 2020	3	1	1	Mapeamento em cada região de qual melhor canal utilizar para que consigamos alcançar com mais eficiência e eficácia um maior número de arquitetos e urbanistas	R$ 5.500,00
TOTAL META 3					R$ 5.500,00

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj. 2111
São Paulo - SP CEP 01046-000
Tel. +55 11 3139 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 134
Rubrica

bit social

Janeiro 2020	4	1	1	Produção de Materiais Gráficos digitais		R$ 2.400,00
			2	Criação do certificado digital para os participantes de cada região		R$ 1.100,00
TOTAL MET 14						R$ 3.500,00
Janeiro 2020	4	1	1	Início da divulgação para as cidades que receberão os workshops (11 regionais)		R$44.000,00
TOTAL MET 15						R$ 44.000,00
Janeiro 2020	8	1	1	Realização de dois workshops em cada cidade (11 regionais) Cidades contempladas: Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Santos, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Santo André, Sorocaba, Campinas e São Paulo		R$ 65.000,00
TOTAL MET 16						R$ 65.000,00
TOTAL MES						R$ 140.000,00
Fevereiro 2020	8	1	1	Realização de dois workshops em cada cidade (11 regionais) Cidades contempladas: Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Santos, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Santo André, Sorocaba, Campinas e São Paulo		R$ 46.333,23
TOTAL MET 16						R$ 46.333,23
TOTAL MES						R$ 46.333,23
Março 2020	8	1	1	Realização de dois workshops em cada cidade (11 regionais) Cidades contempladas: Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Santos, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Santo André, Sorocaba, Campinas e São Paulo		R$ 22.566,77
TOTAL MET 16						R$ 22.566,77
TOTAL MES						R$ 22.566,77
Abril 2020	8	1	1	Realização de dois workshops em cada cidade (11 regionais) Cidades contempladas: Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Santos, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Santo André, Sorocaba, Campinas e São Paulo		R$ 10.000,00
TOTAL MET 16						R$ 10.000,00
TOTAL MES						R$ 10.000,00

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj. 21+1
São Paulo - SP - CEP 01046-000
Tel: +55 11 3129 9028

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 135
Rubrica

bit social

Maio 2020	6	1	1	Realização de dois workshops em cada cidade (11 regionais) Cidades contempladas: Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Santos, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Santo André, Sorocaba, Campinas e São Paulo	R$10.000,00
TOTAL META 6					R$ 10.000,00
TOTAL MÊS					R$ 10.000,00
Junho 2020	7	1	1	Enviaremos o certificado via email para os participantes de cada região	R$ 1.100,00
TOTAL META 7					R$ 1.100,00
TOTAL MÊS					R$ 1.100,00
Julho 2020	8	1	1	Prestação de contas	R$0,00
TOTAL META 12					R$0,00
TOTAL MÊS					R$0,00
TOTAL GERAL					R$210.000,00

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj. 2111
São Paulo - SP CEP 01046-000
Tel: +55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 136
Rubrica

bit social

9. Resumo de Aplicação dos Recursos Financeiros

Descrição	Valor
Produtor evento, produção de conteúdo e palestrantes	R$ 55.000,00
Áudio, projetor, tela, tripé e microfones	R$ 16.500,00
Legenda pessoal	R$ 13.500,00
Locação de carro	R$ 8.800,00
Credenciamento	R$ 11.000,00
Ambientação	R$ 1.866,77
site e sistema de credenciamento	R$ 1.500,00
assessoria de comunicação	R$ 16.500,00
Aluguel sala	R$ 27.000,00
Coffe break	R$ 21.191,00
welcome coffe	R$ 11.052,23
Total Geral	R$ 250.000,00

Bit Social
Av. Nove de Julho, 258, conj. 21 e 1
São Paulo - SP - CEP 01406-000
Tel.: 55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 137
Rubrica

bit social

VI - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00)

METAS	1° Mês Jan/2020	2° Mês Fev/2020	3° Mês Mar/2020	4° Mês Abr/2020	5° Mês Mai/2020	6° Mês Jun/2020	7° Mês Jul/2020	
1	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
2	R$ 22.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
3	R$ 3.500,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
4	R$ 3.500,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
5	R$ 44.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
6	R$ 65.000,00	R$ 46.333,23	R$ 22.566,77	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
7	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.100,00	R$ 0,00	
8	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
Total de Desembolso Mês	R$ 140.000,00	R$ 46.333,23	R$ 22.566,77	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 1.100,00	R$ 0,00	
Total Geral								R$ 230.000,00

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj. 2111
São Paulo - SP - CEP 01046-000
Tel. +55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 138
Rubrica

bit social

VII - ESTIMATIVA DE VALORES A SEREM RECOLHIDOS PARA PAGAMENTO DE ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS

NÃO HAVERÁ PAGAMENTO DE ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS

VIII – DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS

NÃO HAVERÁ DESPESAS COM CUSTOS INDIRETOS

IX – PAGAMENTOS EM ESPÉCIE

Pagamento em espécie:

NÃO HAVERÁ PAGAMENTOS EM ESPÉCIE

X – DECLARAÇÃO DA OSC

14. Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de comprovação junto ao CAU/SP, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Estado para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho, seja com relação a Organização da Sociedade Civil, seja em relação a minha pessoa, na qualidade de representante legal.

Declaro ainda que, anexo a este Plano de Trabalho, constam as pesquisas de preços que demonstram a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado (cotações, tabelas de preços de associações de profissionais, publicações especializadas e/ou outras fontes).

A Administração Pública fica também autorizada a utilizar e veicular, da melhor forma que lhe convier, todas as imagens, dados e resultados aferidos no presente Plano de Trabalho.

Local e data: São Paulo, 26 de novembro de 2019

Assinatura do Representante Legal:

Assinatura do Responsável Técnico: Alex J. S. Santos

bit Social
Av. São Luiz, 25 conj. 211
São Paulo - SP - CEP 01046-000
Tel.: 55 11 4129 9928

JURÍDICO CAU/SP

CAU/SP
Folha: 539
Rubrica

bit social

XI – PARA USO EXCLUSIVO DO CAU/SP

15. Aprovação do Plano de Trabalho pelo CAU/SP
O plano de trabalho está de acordo com a proposta?
(X) Sim – Aprovado
( ) Não, há necessidade de ajustes no plano de trabalho para adequação a proposta selecionada. Descrição dos ajustes necessários:
Local e data: São Paulo 02 de dezembro de 2019
Assinatura e Carimbo do Responsável pela Análise ou Aprovação: Márcia S. C. Conceição, Assistente Administrativo, CAU/SP, Matrícula 000281

Bit Social
Av. São Luiz, 258 conj. 2111
São Paulo - SP - CEP 01046-000
Tel. +55 11 3129 9928

JURÍDICO CAU/SP